

**PROFESSOR,
ASSOCIE-SE À
APROPUC**

PUCViva

Nº 1033 - 19/6/2017

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

30/6

GREVE GERAL CONTRA AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA E TRABALHISTA E A TERCEIRIZAÇÃO

*APROPUC e AFAPUC convocam a comunidade para
interromper suas atividades e participar da mobilização*

Nesta sexta-feira, 30/6, as centrais sindicais convocam toda a população a participar de mais uma greve geral contra as reformas Trabalhista e da Previdência e a Terceirização. Setores estratégicos como os de transportes, construção civil, metalúrgicos, petroleiros, entre outras categorias, estão aprovando a adesão à Greve Geral do dia 30/6.

Outros segmentos também estão marcando assembleias nos próximos dias, entre eles destacam-se os metroviários, os bancários e os comerciários.

Os professores e trabalhadores da educação também estão se mobilizando em todo país: Andes, Contee, Sinpro-SP, entre outras entidades de classe dos docentes estão chamando assembleia para a paralisação das atividades das categorias.

Na quarta-feira, 20/6, foi realizado o chamado "esquenta", que envolveu uma série de atividades em todo o país, como panfletagens e atos-shows, para propagandear a greve.

Aqui na PUC-SP, a APROPUC e a AFAPUC participarão da mobilização na sexta-feira e durante toda a semana estarão divulgando e debatendo a greve geral na universidade. Os professores têm assembleia marcada para a terça-feira, 27/6, às 17h30 e os funcionários se reúnem na quinta-feira, 29/6, às 14h30 em sala a confirmar.

Durante todo semestre as associações mobilizaram a comunidade para participar dos eventos de protesto contra as reformas e o governo ilegítimo de Temer.

Embora os trabalhadores tenham obtido uma

pequena vitória com a rejeição da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (veja matéria na página 5), a mobilização precisa continuar. Outra grande ameaça reside na reforma da Previdência que aniquilará a possibilidade de uma aposentadoria digna da classe trabalhadora (veja matéria na página 4).

Por isso, a participação

da comunidade é novamente de fundamental importância neste momento de graves ameaças sobre a população e, em especial, sobre a classe trabalhadora.

Professor, Funcionário, Estudante: participe da Greve Geral!

Contra as reformas da Previdência, Trabalhista e a Terceirização!

Fora Temer!

ASSEMBLEIAS

**Participação na
Greve Geral de 30/6**

Professores

27/6 - Terça-Feira - 17h30 -Sede da APROPUC

Funcionários

29/6 - Quinta-Feira - 14h30 Sala a confirmar

FORA TEMER!

ABAIXO O GOLPE DA DIREITA !

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

CONTRA A REFORMA TRABALHISTA!

PREPARAR A GREVE GERAL!

FUNCIONÁRIO

Fortaleça sua entidade!

**Associe-se
à AFAPUC**

Funcionários reúnem-se com a reitora eleita

No dia 14/6, a reitoria da PUC SP reuniu-se com os funcionários da universidade, que lotaram o auditório 239, para conversar e debater problemas no ambiente de trabalho que precisam ser resolvidos. A reitora professora Maria Amalia Pie Abib Andery dividiu a mesa com a professora Cláudia Elisabete Schwerz Cahali (Pró-reitora de Educação Continuada), professor Antônio Carlos Malheiros (Pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias), professora Marcia Flaire Pedroza (Pró-Reitora de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão) e Sergio Martins Nogueira (intérpre-



ANA AMOROSO

A reitora e sua equipe durante o encontro com os funcionários

te de Libras), que estava lá para garantir a participação dos funcionários surdos.

Maria Amalia declarou que o objetivo do encontro era ouvir as reivindicações de fun-

cionários e expôs logo de início a questão da reposição do recesso de fim de ano. Entre inúmeras questões levantadas pelos funcionários estavam os pro-

blemas tradicionais com um plano de cargos e salários para os administrativos, a segurança nos diversos campi e a representação dos funcionários no Consad.

UNE elege nova presidente em congresso de Belo Horizonte

A estudante de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) Marianna Dias, 25 anos, foi eleita a nova presidenta da UNE.

O evento, segundo a UNE, reuniu mais de 15 mil estudantes de todo o país. Filiada ao PCdoB, Marianna venceu com 79% nas eleições realizadas no último dia do 55º congresso da entidade, realizado no ginásio Mineirinho, em Belo Horizonte.

Já as chapas de oposição reclamaram afirmando

que ocorreram fraudes eleitorais, inviabilização de debates políticos e agressão a opositores. Perpetuando uma tradição que já dura décadas, a União da Juventude Socialista (UJS, juventude do PCdoB) garantiu a presidência da maior entidade estudantil do país, a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Esta-

dos e do Distrito Federal.

Em meio a esse processo, os estudantes se organizam em entidades representativas como DAS (diretórios acadêmicos), CAs (centros acadêmicos), DCEs (diretórios centrais), uniões estaduais de estudantes e executivas nacionais de cursos. A união destas organizações forma, há mais de 70 anos, a UNE.

Como uma das primeiras ações políticas do novo mandato, a UNE partici-

pa da greve geral prevista para o próximo dia 30, juntamente com as centrais sindicais e demais movimentos sociais, que exigem a saída de Temer e a convocação de eleições diretas já.

A campanha pelas diretas foi o assunto principal em todo o 55º Congresso da UNE, que também serviu de palco para políticos como Ciro Gomes (PDT) e Bresser Pereira, que utilizaram o evento para lançar seu "Manifesto Brasil Nação".

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Ana Amoroso, Marina D'Aquino

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Jason Tadeu Borba e Victoria C. Weischtordt

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br – PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

GAUCHE NA VIDA

A versão dos fatos

Ricardo Carlos Gaspar

O longo artigo que o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, publicou na revista Piauí n. 129, sob o título *Vivi na pele o que aprendi nos livros*, de 03.06.2017, merece ser lido e comentado, pois suscita diversas questões.

Em primeiro lugar, pois Haddad figura entre as novas e promissoras - infelizmente escassas - lideranças do país. Sua postura pública tem se pautado pela seriedade, consistência e compromisso democrático.

Em segundo lugar, pelo fato de Haddad ter muito a dizer sobre o presente e o futuro da nação, embora não ocupe o espaço que sua estatura política e intelectual lhe destinaria, deixando de verbalizar suas convicções com a força e a frequência que seria de esperar em face dos acontecimentos nacionais dos últimos anos e das manobras golpistas recentes. Desse modo, é ainda pequena sua contribuição para elevar o nível rasteiro do debate estratégico no Brasil de hoje.

Embora o artigo padeça de problemas de forma e estilo, mesclando muitos temas e tornando algo indigesta sua leitura, não carece de densidade teórica e política, estando à altura da capacidade de seu autor.

Haddad discorre sobre assuntos diversos e relevantes, que mereceriam desenvolvimentos específicos para serem mais bem elucidados. Trata com propriedade do patrimonialismo brasileiro (recomendaria ao ex-prefeito incorporar em sua análise os trabalhos de Jessé Souza, que investe de forma contundente contra essa concepção arraigada nos intérpretes da história brasileira), argumenta citando Marx, Habermas e Luhmann, elucida manobras

de bastidores e investe lucidamente contra o papel da grande mídia brasileira na manipulação tendenciosa da opinião pública, distorcendo fatos e repercutindo inverdades.

Mas o que desejo analisar brevemente a seguir é sobre o assunto principal do artigo, ou seja, sua gestão a testa da prefeitura da cidade de São Paulo. E aqui os comentários não são tão lisonjeiros à atuação de Haddad.

São Paulo tem vivido a experiência de gestões municipais bastante heterogêneas. Depois do desastre das administrações Maluf-Pitta, a gestão de Marta Suplicy entre 2001-2004 deixou um legado muito importante de realizações, em boa parte descontinuadas na gestão seguinte, de Serra-Kassab. Assim que, quando assume Haddad, em janeiro de 2013, a expectativa de renovação e mudança afigurava-se consistente com a biografia do prefeito.

Porém, indo direto ao ponto, afirmo que sua gestão frustrou expectativas. Ressalvando alguns avanços internos importantes, mas de peso político externo diminuto, como a luta contra a corrupção e o saneamento das contas públicas, a formulação do novo Plano Diretor Estratégico (cuja relevância não pode ser desprezada, porém tampouco supervalorizada, pois planos não têm o condão de se sobrepor a realidade), além de uma postura republicana de diálogo e prioridade ao espaço público, pouco mais se pode acrescentar.

O que é decepcionante, não apenas pelo que uma cidade do porte e do significado de São Paulo requer. Penso em ações ousadas estruturantes, de articulações criativas entre o público e o privado, de uso intenso da tecnologia digital na gestão urbana, de reformas administrativas que melhorassem a

eficiência da administração e elevassem a moral dos servidores, de parcerias estratégicas para a construção de um futuro mais humano e inclusivo para a cidade, da necessária concertação metropolitana, para mencionar as mais importantes. Vale lembrar que governos anteriores do PT na cidade deixaram marcas duradouras.

Faltou, sobretudo, ação política. Presença nas periferias, interlocução inteligente com movimentos sociais, engajamento de atores sociais relevantes em projetos concretos de renovação urbana, uma comunicação eficiente com a sociedade. E, embora Haddad tenha razão nas suas queixas em relação ao tratamento que recebeu da imprensa em geral, isso é comum a todas as administrações de esquerda no país. Basta recordar o caso de Leonel Brizola, no Rio de Janeiro.

Seu secretariado, salvo notáveis exceções, foi de escassa competência política ou operacional. O viés fisiológico, de direita, prevaleceu. Sua assessoria direta carecia dos atributos capazes de alimentar o núcleo político e administrativo de critérios de decisão qualificada. O desconcerto (até certo ponto natural, mas exagerado pelo grau atingido) ao longo dos protestos de junho de 2013, a omissão e a falta de iniciativa da gestão municipal em face das demandas metropolitanas e da crise hídrica são alguns dos exemplos mais notórios dessa indigência política. Por falta de discernimento e articulação das ações de governo, perdeu-se a oportunidade de superar debilidades na relação com as permissionárias de telefonia celular (a qual exige uma nova legislação, iniciativa do executivo municipal) e do enterramento da fiação elétrica, em que São Paulo acumula um atraso monumental se comparada a ou-

tras metrópoles globais. No tocante ao contrato da prefeitura com o governo estadual e a Sabesp, de fornecimento de água e esgotamento sanitário na capital, a municipalidade repetiu sua postura passiva, sem definir prioridades ou se equipar tecnicamente para formular planos e políticas na área, ao longo dos três primeiros anos da gestão. Apenas no último ano se logrou reverter em parte o déficit municipal nesse campo estratégico. Nesses e em outros exemplos de carência técnica e política do staff de governo, não obstante as boas intenções subjacentes, a responsabilidade é do prefeito, que nomeia seu secretariado e sua assessoria direta.

A derrota eleitoral, da forma como aconteceu no ano passado, não chegou a surpreender. Ainda mais se pensarmos que, como corolário das deficiências apontadas, a construção do programa de governo para sua reeleição foi absolutamente inconsistente. O que é uma lástima, sobretudo se pensarmos na perda democrática que a cidade sofreu com a chegada ao poder político municipal de um autêntico gestor da enganação, sem nenhum plano de governo, um lobista milionário franco-atirador que pesca nas águas turvas da política nacional. Esperemos que Fernando Haddad retome seu protagonismo e sua inteligência em prol de análises e propostas lúcidas para a cidade e o país. As forças progressistas lhe serão reconhecidas.

Ricardo Carlos Gaspar é Professor Doutor do Departamento de Economia da FEA-PUCSP e pesquisador do Observatório das Metrópoles/SP. Foi Assessor Especial da Secretaria do Governo Municipal da Prefeitura de São Paulo ao longo da gestão de Fernando Haddad (jan/2013 a dez/2016).

Reforma da Previdência

Breve resumo sobre as razões da reforma, a incerteza sobre antecipar a aposentadoria e como aumentar o valor da aposentadoria/pensão atual

As notícias sobre as reformas que precisam ser feitas no país, especialmente a previdenciária, causam preocupação em todos, tanto nos já aposentados, quanto naqueles em vias de se aposentar. O alardeado déficit previdenciário existe, mas não na forma e pela razão apregoados.

Como se sabe, ou ao menos se deveria saber, o Estado nada produz. É a atividade das pessoas, que trabalham, que faz circular a riqueza. O Estado então toma uma parte disso para desempenhar as funções que determinam a sua existência: promoção da segurança, saúde, educação e previdência. Claro que isso tem um custo, o Estado precisa contratar as pessoas para realizar sua missão. O problema é que a ineficiência e a burocracia transformam o Estado num ser pesado e cada vez mais faminto.

É preciso, pois, impor uma dieta para transformar a atual silhueta do Estado, tornando-o leve, ágil e por consequência, eficiente. Para tanto, urge fazer a reforma tributária, no meu sentir mais necessária que as reformas trabalhista e previdenciária.

Na letra da Constituição Federal a Previdência Social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, com recursos da União, Estados e Municípios, e apresenta três regimes de previdência: o regime geral, mais conhecido como INSS; os regimes próprios dos funcionários públicos; e o regime de previdência complementar, que tanto pode ser público quanto privado. Os dois primeiros de contribuição obrigatória e fundados no sistema de repartição simples; o último facultativo e fundado

no sistema de capitalização.

Parte do déficit nominal atual origina-se do não pagamento da contribuição previdenciária devida pela União, Estados e Municípios na qualidade de empregadores, para custear as despesas previdenciárias dos servidores públicos.

Os servidores públicos não são penalizados, e nem poderiam ser, pela conduta irresponsável dos seus empregadores - as pessoas de direito público, ainda que o sejam pois são obrigados pela Constituição Federal a recolher contribuição previdenciária sobre os valores de suas aposentadorias e pensões, o que não acontece com o trabalhadores vinculados ao regime geral do INSS.

Dentre as fontes de custeio da Previdência Social temos as contribuições sociais, que são as contribuições previdenciárias, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, SAT/RAT, dentre outras, tais como os concursos de prognósticos. Ou seja, inúmeras atividades econômicas geram receita aos cofres da Previdência Social.

Porém, a maior parte de tudo o que é arrecadado especialmente pela iniciativa privada, é utilizada para pagar as aposentadorias e pensões do setor público exatamente porque a União, Estados e Municípios não recolheram a parte da contribuição que lhes cabia.

Não se trata de vilanizar os servidores públicos mas sim seus empregadores, que ao longo das décadas não se preocuparam em cumprir com suas obrigações tributárias.

As projeções futuras do peso do pagamento desses benefícios traz nuvens negras ao cenário, razão pela qual urge fazer a correção do curso, mas não como proposto

pela reforma atual, pois penaliza basicamente os segurados do regime geral (INSS) especialmente aqueles que iniciaram sua vida laboral há mais de 20 anos. Além disso, não se afigura possível tratar igualmente trabalhadores urbanos/intelectuais e rurais/braçais.

Enfim, temos a legislação atual e uma proposta de reforma previdenciária que ainda não aconteceu.

Surge então a pergunta sobre o que fazer: apressar-se para requerer a aposentadoria ou aguardar.

Recomendamos aos que já preencheram os requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição, aguardar mais alguns meses para exercer seu direito, visto que a nova legislação deverá, obrigatoriamente, guardar respeito ao direito adquirido.

Para os homens de 65 anos e mulheres de 60 anos que já atingiram os 35/30 anos de contribuição necessários, trabalhar mais algum tempo pode significar um aumento no valor da aposentadoria, por conta da incidência do fator previdenciário, cuja influência nestes casos é positiva.

Em resumo, o INSS deverá conceder a melhor aposentadoria possível para o segurado, elaborando tantos cálculos quanto necessários, e especialmente nos seguintes momentos: na data em que implementadas todas as condições para a aposentadoria (na vigência da legislação de outra época se for o caso); e outra na data em que o segurado fizer o requerimento, observando-se a legislação vigente no momento em que exercido o direito à aposentação.

Muitos ouviram falar da Desaposentação mas esta foi

rejeitada pelo STF em outubro passado, o que permitiria aos já aposentados que continuaram trabalhando e contribuindo, utilizarem as contribuições antes e após a aposentadoria no recálculo de um novo benefício. Eis aqui outro descompasso porque o segurado aposentado que volte a exercer atividade abrangida pelo Regime Geral (INSS) é segurado obrigatório mas sob a justificativa do princípio da solidariedade não se beneficia desse recolhimento, exceto para reabilitação profissional e salário-família.

Assim, se o segurado que preenche os requisitos para a aposentadoria exercer o seu direito hoje, sob a legislação atual, não poderá futuramente desaposentar-se para requerer uma nova aposentadoria após sobrevir a nova legislação, mesmo que mais benéfica.

Exemplo recente disso foi o fato das aposentadorias por tempo de contribuição concedidas no período de 29/11/1999 até a MP 676/2015, convertida na Lei n. 13.183/2015, terem seus valores reduzidos em razão da incidência do fator previdenciário.

Com a mudança na legislação em 2015 foi possível aos segurados que exercitaram seu direito à aposentadoria a partir daí optarem pela não incidência do fator previdenciário desde que, na data de requerimento da aposentadoria, o total resultante da soma de sua idade e tempo de contribuição fosse 95 pontos para homem e 85 para mulheres.

Em sendo assim, para aqueles que já reúnem os requisitos para se aposentar

continua na próxima página

continuação da página anterior

MOVIMENTOS SOCIAIS

Reforma Trabalhista: Governo sofre revés, mas ameaça continua

pela legislação atualmente em vigência, recomendamos aguardar a vinda da nova legislação.

Para quem já se aposentou mas suspeita que haja erro na concessão da aposentadoria ou pensão, sugerimos procurar um advogado previdenciário, munido dos seguintes documentos:

1) Cópia da Carta de Concessão e Memória de Cálculo da Aposentadoria ou Pensão: documento fornecido pelo INSS quando da concessão do benefício;

2) Extrato do valor atualmente pago pelo INSS (obter no 135 o código para acessar os serviços no site do INSS)

3) CNIS de vínculos e remunerações: pode ser obtido junto ao INSS independentemente do agendamento no 135, eis que esta informação está disponível online em qualquer agência do INSS. Caso deseje fazer o agendamento: www.mtps.gov.br/agendamento-previdencia. Também é possível aos correntistas do Banco Brasil obter no Internet Banking na guia "Extrato - Previdência Social" referidas informações.

4) Também é possível aos correntistas no Internet Banking do Banco Brasil e CEF obter as referidas informações:

a) Banco do Brasil - "Extrato - Previdência Social"

b) CEF - Serviços ao cidadão - INSS - Extrato previdenciário

Caso os documentos iniciais não sejam suficientes, será necessário providenciar uma cópia do processo administrativo concessório (PA), mediante agendamento junto ao INSS (telefone 135 ou <http://www.mtps.gov.br/agendamento-previdencia>.)

Jessamine Mello, Departamento Jurídico da APROPUC

O governo golpista de Michel Temer sofreu uma derrota com a não aprovação do relatório da Reforma Trabalhista na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Por 10 votos contra nove os senadores rejeitaram o relatório original do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). Dessa forma a Comissão do Senado aprovou em votação simbólica o voto em separado do senador Paulo Paim (PT-RS).

O governo relativizou a derrota com a possibilidade de aprovação do texto original no Senado

e consequente eliminação do relatório do senador Paim. Porém, a derrota do governo sinaliza um desgaste na base governista, principalmente em função das denúncias de corrupção ao governo golpista e da mobilização popular contra o corte de direitos previstos tanto na reforma Trabalhista, como na Previdenciária.

Se aprovado o texto original, como pretende a base entreguista de Michel Temer, poderemos ter a implantação do chamado regime do acordado sobre o legislado, ou seja, qualquer decisão de determi-

nada categoria pode se sobrepor ao que foi garantido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Dessa maneira direitos consagrados como férias de 30 dias, 13º salário, fundo de garantia, entre muitos outros, poderão ser aniquilados se o texto do entreguista Ricardo Ferraço for aprovado.

A derrota sofrida por Temer faz ainda mais urgente a necessidade dos trabalhadores e a juventude tomarem a greve geral do dia 30 nas suas mãos para derrubar todas as reformas e o governo golpista.

Professora descredenciada do Pós da Unesp Araraquara

A professora Maria Orlanda Pinassi foi descredenciada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras, do campus de Araraquara da Unesp, sob a alegação de que não participa de reuniões e processos seletivos.

O ato provocou uma série de manifestações contrárias da comunidade acadêmica, tanto dos professores do próprio programa de pós-graduação na Unesp ao qual a professora pertence como de outras universidades.

Uma moção de repúdio que circula pela internet, dirigida ao Programa de Maria Orlanda Pinassi,

qualifica a atitude como tecnicista e burocrática. O texto assinala que o programa "descarta uma intelectual desta que, durante décadas, tem sido uma cientista social de destaque não só pela qualidade de sua produção, mas pela seriedade e compromisso com a crítica e os valores ético-humanístico (...).

Sob o manto do produtivismo, que em si já se configura como um critério questionável em termos da postura intelectual e da pesquisa científica de qualidade, existem também os grupos que propõem um monolitismo ideológico, na mesma linha da miserável 'escola

sem partido!''.

A APROPUC se solidariza com a professora, lembrando que nossa universidade já foi, em tempos recentes, vítima da aplicação de critérios burocráticos e produtivistas. A APROPUC tem procurado, principalmente em momentos como a discussão de avaliação e credenciamento docente, fazer prevalecer a qualidade intelectual e acadêmica dos docentes, contra a aplicação de critérios meramente persecutórios.

As adesões ao repúdio podem ser enviadas ao endereço eletrônico drinovais@yahoo.com com nome e filiação institucional.

ROLA NA RAMPA

Departamento de Inglês realiza Encontro de Pesquisa em Tradução

O Departamento de Inglês da Faficla, sob a iniciativa do ESTI - Grupo de Pesquisa Estudos da Tradução e da Interpretação realizou, no dia 13/6, um encontro para a divulgação de pesquisas discentes na área de tradução. O encontro foi organizado pelas professoras Glória Sampaio e Leila Darin e trouxe como comentaristas as professoras Victoria Weischtor dt e Márcia Pedreira.

Os alunos do curso apresentaram durante toda a manhã da terça-feira seus trabalhos de conclusão de curso que ver-



A plateia atenta acompanha o evento.

saram sobre temas como tradução audiovisual na narração esportiva, a tradução de Hilda Hilst para o

inglês, adaptações contemporâneas da obra de Jane Austen, entre outros temas.

TV PUC apresenta matéria sobre os 100 anos de Revolução Russa

A TV PUC realizou um programa com professores da PUC-SP para debater o centenário da Revolução Russa. Entre os entrevistados estão os professores Antonio Rago e Beatriz Abramides, da diretoria da APROPUC, Erson

Martis de Oliveira, ex-diretor da entidade, José Arbex Jr., do departamento de Jornalismo e Marijane Vieira Lisboa de Ciências Sociais. O programa pode ser visto no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=35W7kr0uxEQ>.

Por outro lado o filme que seria exibido na mostra de cinema russo nesta semana teve sua apresentação adiada para o próximo semestre em data a ser anunciada.

Funcionários encerram mais uma Semana Interna de Prevenção de Acidentes



A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, Cipa, juntamente com o a DRH e com a colaboração da AFAPUC e APROPUC, terminou mais uma Semana Inter-

na de Prevenção de Acidentes, Sipat, que este ano contou com eventos sobre prevenção do câncer, dores lombares, saúde vocal, regime alimentar, entre outros.

Na foto acima o evento de encerramento, realizado na semana passada, que contou com a participação de Ciliane Souza Silva – Técnica de Nutrição e Dietética.

Economia promove Seminário Gramsci

O Departamento de Economia apresenta nesta 5ª feira, a partir das 18h. o Seminário Gramsci - Introdução aos Cadernos do Cárcere, ministrada pelo professor Álvaro Bianchi, do Departamento de Ciência Política da Unicamp. O evento tem a coordenação do estudante Alan Fontenele da Silva Brito, sob tutela da professora Norma Cristina Brasil Casseb.

Continua campanha de doação de agasalhos

Ainda dá tempo de você doar agasalhos e corber-tores para os moradores de rua. A campanha encetada pela Pastoral dos Moradores de Rua conituna e as doações podem ser entregues na sede da APROPUC.

Ex-aluno de Jornalismo é premiado pela Editora Abril

O ex-aluno do curso de Jornalismo da PUC-SP André Biernath, foi um dos vencedores do 42º Prêmio Abril de Jornalismo com a reportagem Câncer: exames que salvam vidas. A matéria, capa da revista Saúde, tem a co-autoria de Ana Cossermelli e ilustrações de Lucas Kazakevicius. Este é o segundo prêmio Abril de André.